

NEC Latin
America S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Os Administradores da Companhia apresentam a V. Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Aspectos econômicos e financeiros

O ano de 2015 foi um ano de transformação na operação da NEC Latin America S.A. A Companhia passou por uma profunda evolução, incluindo uma grande mudança na sua estratégia com foco em soluções de maior valor agregado e diferenciação, além de seu posicionamento comercial.

Essa transformação foi suportada, por uma reestruturação bem executada. Realizada uma completa e profunda reformulação no alto escalão e principais quadros gerenciais, um processo agressivo de redução de despesas e de adequação do quadro de funcionários, durante o primeiro trimestre do ano; bem como diversas iniciativas e negociações para redução de custos dos produtos, despesas logísticas e gerais.

O resultado líquido em 2015 apresentou piora em relação ao ano anterior, um prejuízo de R\$ 44 milhões, ante o prejuízo de R\$ 40 milhões em 2014. Entretanto, esse resultado foi afetado pelos altos custos incorridos no processo de reestruturação, que somaram R\$ 31 milhões no período, registrados integralmente na linha de Outras Despesas.

Desconsiderando os custos da reestruturação, a Companhia apresentou grande melhora em seu desempenho operacional. As vendas líquidas atingiram R\$ 464 milhões, crescimento de quase 10% frente aos R\$ 424 milhões de 2014. Foi gerado um prejuízo de R\$ 17 milhões no Resultado Operacional, porém, desconsiderando-se os R\$ 31 milhões de despesas extraordinárias com o processo de reestruturação, temos um lucro no Resultado Operacional de R\$ 15 milhões. Uma grande guinada no desempenho se comparado ao prejuízo operacional de R\$ 24 milhões auferido em 2014.

O Resultado Final do período apresenta um prejuízo de R\$ 44 milhões. Desconsiderando-se as despesas com reestruturação, chega-se a um valor de R\$ 12 milhões, ante o prejuízo de R\$ 40 milhões de 2014. O resultado de 2015 representa grande melhoria em relação ao período anterior, mesmo tendo sido severamente impactado por um fator externo totalmente fora do controle da companhia, o vertiginoso aumento nas taxas de juros locais onerando fortemente as despesas financeiras.

A conjuntura nacional

O Produto Interno Bruto (PIB) referente ao período de 2015, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou um recuo de 3,8% na atividade econômica do País, a maior queda em 25 anos. Neste contexto, o setor da Agropecuária foi o único que alcançou expansão, com 1,8% acima do índice registrado em 2014. Já a Indústria e os Serviços caíram 6,2% e 2,7%, respectivamente, no mesmo período.

Para 2016, a estima-se que o PIB atinja uma contração de 3,5%. Caso essa projeção se confirme e haja um novo encolhimento da economia nacional, será a primeira vez que o País registrará queda por dois anos seguidos.

A estimativa de inflação, obtida por meio do cálculo do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo Banco Central do Brasil é de 7,59% em 2016, embora a meta estabelecida pela instituição tenha sido de 4,5%.

A taxa básica de juros (Selic), por sua vez, alcançou o patamar de 14,25%. Para o ano de 2016, a previsão é que os juros cheguem a 12,50%, em dezembro.

De acordo com o documento apresentado publicamente pelo Banco Central estima-se que o dólar, no fim de 2016, estará cotado a R\$ 4,30. O valor do câmbio médio no ano foi divulgado a de R\$ 4,19.

O mercado das Telecomunicações e da Tecnologia da Informação

Conforme dados divulgados pelo IDC, as prestadoras de serviços de telecomunicações não registraram expansão significativa nos investimentos à infraestrutura em 2015. Desta forma, as aquisições de equipamentos por estas empresas permaneceram retraídas no período. A expectativa é que, em 2016, as operadoras revertam esse cenário e voltem a investir na expansão de suas redes, o que é um imperativo por parte do governo do Brasil para a continuidade da oferta de serviços de telecomunicações. De acordo com a Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), em 2015, identificou-se uma queda de 50,7% na Balança Comercial de Telecomunicações, sendo que as exportações e as importações diminuíram 43,2% e 50,1%, respectivamente.

A Balança Comercial de Equipamentos de Telecomunicações registrou uma queda de 34% 2015, na comparação com 2014. No ano passado, o saldo, resultado das exportações e importações desses produtos pelo País no período foi de US\$ 1.728 bilhão. Esse resultado é decorrente da diminuição nas exportações de equipamentos, que totalizaram US\$ 39 milhões a menos que no ano anterior.

No que se refere aos números da Balança Comercial de Componentes de Telecomunicações, o saldo de 2015 é equivalente a US\$ 4.989 bilhões, ou seja, 26,64% menor que o refletido em 2014. Vale destacar, no entanto, que a exportação de componentes, ao contrário do que ocorreu no caso dos equipamentos, mostrou um aumento de US\$ 22 milhões.

A associação divulgou em sua sondagem conjuntural do setor que o mercado de telefones celulares recuou desde o início de 2015, em virtude da queda nas vendas dos telefones tradicionais e também por causa da retração no mercado de smartphones, que mostravam desempenho favorável até o 2º trimestre de 2015.

Em Informática, o mercado de *tablets* começou a recuar. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista caiu 4,3% em 2015. Essa retração foi a maior desde o ano de 2001. Além disso, esta foi a primeira vez desde 2003, que o ano fecha em queda.

Dados da Anatel apontaram, em dezembro de 2015, que no Brasil há 257,8 milhões de linhas de celulares em funcionamento, o que representa uma densidade de 125,66 celulares por cada 100 habitantes. Desse total, 183,8 milhões de linhas habilitadas se referem aos acessos pré-pagos.

Nesse contexto, o aumento da adesão à tecnologia LTE (de quarta geração) é de 9,87% em número de celulares no ano. A Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil) divulgou, em janeiro, que a banda larga móvel, considerando acessos 3G e 4G, fechou o mês com 193 milhões de acessos, ou seja, um aumento de 9,5% no ano. A rede 3G alcança hoje 4.471 municípios do Brasil, 95% da população. Esses números representam o crescimento anual de 14% na quantidade de cidades.

O Brasil chegou ao mês de janeiro de 2016 com 25,4 milhões de acessos à banda larga fixa, o que representa 12,4 acessos/100 habitantes. Considerando a banda larga total, entre conexões fixas e móveis, chegou-se ao total de 218 milhões de acessos, um crescimento de 9% comparado a janeiro de 2015.

Destaques e perspectivas futuras

Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), a população mundial deve alcançar, até o ano 2100, a marca de 11,2 bilhões de habitantes, o que representa um crescimento de 53% no decorrer de aproximadamente 85 anos. Essa explosão demográfica ao redor do globo gerará novas demandas sociais, bem como sérios desafios nas áreas de alimentos, energia, recursos naturais, aquecimento global, desastres naturais, desigualdades regionais e infraestruturas obsoletas. Por outro lado, a sociedade vive um momento de grandes transformações graças à influência do fenômeno digital.

Com a experiência conquistada ao longo de uma trajetória de 116 anos, a NEC reconhece a importância da atuação da empresa nessa configuração de sociedade, que se forma ao longo do tempo, e estruturou seu portfólio de produtos de forma a contribuir com as ferramentas necessárias para a sustentabilidade global. Este posicionamento é decorrente do compromisso estabelecido pela companhia, que visa ofertar tecnologias de ponta para as diferentes verticais do mercado, como varejo, governo, telecomunicações, agricultura etc.

Em 2015, a NEC iniciou uma nova página no contexto brasileiro com a ampliação de ofertas de soluções inovadoras que têm como base o sistema de biometria digital, mercado no qual é reconhecida mundialmente por institutos oficiais da área pelo fato de dispor das plataformas mais precisas do mercado. A companhia passou a disponibilizar no Brasil sistemas que utilizam a ferramenta de identificação de pessoas, combinadas às tecnologias *Big Data e Analytics*, tanto no âmbito da segurança como no apoio à gestão dos negócios.

Algumas mudanças na estratégia do negócio da NEC no ano passado permitiram à empresa estabelecer contratos com importantes organizações públicas e privadas do País nas áreas de Logística, Transporte, Segurança etc. Entre os destaques no período, a NEC venceu a licitação de companhias de grande porte, envolvendo as ofertas de soluções de comunicação unificada e colaboração (UC&C), de reconhecimento facial (*NeoFace*), bem como de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

O setor de telecomunicações continuou sendo, ao longo de 2015, um dos mais rentáveis para a NEC no Brasil. Isso porque, além dos produtos por meio dos quais já detém a liderança no País, como é o caso da linha de rádios micro-ondas PASOLINK, outro destaque da empresa no ano foi a oferta da série de tecnologias de virtualização de funções de rede: vCPE - *Virtualized Customer Premises Equipment*; vEPC - *Virtualized Enhanced Packet Core*; vDC - *Virtualized Data Center* e SDN *Partner Space*.

Na carteira de clientes locais da NEC estão presentes as principais operadoras, que deverão continuar ampliando a infraestrutura das plataformas de serviços para as redes 3G e também 4G (LTE), demandando investimentos de rede, como rádio, redes ópticas e redes IP. A tendência de adoção de soluções hospedadas e virtualizadas para Telecom e TI, com o amadurecimento do conceito de Computação em Nuvem (*Cloud Computing*) e Big Data, é esperada para 2016.

Já no ambiente corporativo, a expectativa é que cresçam as demandas por soluções de VoIP, que permite a flexibilização da telefonia e a redução de custos operacionais, atendendo às necessidades das empresas neste momento de crise econômica no Brasil.

No que se refere à Responsabilidade Social Corporativa e Governança, a Companhia continua a aumentar os esforços nos seus processos e controles internos de forma a adequar as operações às recomendações das boas práticas de governança corporativa, garantindo maior transparência e integridade de dados e informações. A eficiência na busca de maior competitividade, bem como em soluções ecologicamente sustentáveis alinhadas com o conceito de *Green IT*, oferecendo soluções de alto desempenho e baixo consumo energético, também são preocupações da empresa diante da sociedade.

Agradecimentos

A Direção da companhia expressa seus agradecimentos aos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança que depositaram no relacionamento com a NEC Latin America S.A.

Aos funcionários, que tanto vêm contribuindo durante os últimos anos, e com especial esforço neste ano de desafios que foi o de 2015, a Direção agradece o profissionalismo e a dedicação demonstrados.

A Direção da companhia agradece em especial à sua controladora NEC Corporation pela confiança e suporte dispensados.

São Paulo, 18 de abril de 2016.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretoria da
NEC Latin America S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da NEC Latin America S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEC Latin America S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 18 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

NEC Latin America S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Caixas e equivalentes de caixa	7	6.841	4.387	Empréstimo	17	155.414	118.637
Contas a receber de clientes	8	201.207	207.017	Fornecedores	18	157.789	149.893
Arrendamento mercantil a receber	9a	2.918	2.824	Arrendamento mercantil a pagar	9b	26	125
Estoques	10	43.021	43.644	Impostos e contribuições sociais	11b	13.168	9.323
Impostos e contribuições a recuperar	11a	19.745	11.993	Salários e férias a pagar		12.801	13.169
Despesas antecipadas		25.954	31.649	Adiantamento e créditos de clientes		3.809	1.759
Outros investimentos		20	20	Outras provisões	19c	6.800	4.686
Outros créditos		25.259	15.915	Outras contas a pagar		2.524	9.529
Total do ativo circulante		324.965	317.449	Total do passivo circulante		352.331	307.121
Contas a receber de clientes	8	306	486	Fornecedores	18	1.747	2.938
Arrendamento mercantil a receber	9a	7.802	10.248	Arrendamento mercantil a pagar	9b	-	26
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	17.802	17.802	Impostos e contribuições sociais	11b	-	38
Outros créditos		68	67	Provisão para contingências	19a	21.300	23.147
Depósitos Judiciais	12	35.880	34.855	Outras provisões	19c	5.930	5.720
Total do realizável a longo prazo		61.858	63.458	Total do passivo não circulante		28.977	31.869
Imobilizado	15	16.991	24.028	Patrimônio líquido			
Intangível	16	2.000	3.402	Capital social	20a	214.377	214.377
Total do ativo não circulante		80.849	90.888	Prejuízos acumulados		(180.612)	(135.991)
				Ações em tesouraria	20b	(9.259)	(9.259)
				Ajustes acumulados de conversão	20c	-	220
				Total do patrimônio líquido		24.506	69.347
Total do ativo		405.814	408.337	Total do passivo		381.308	338.990
				Total do passivo e patrimônio líquido		405.814	408.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional	21	463.603	424.282
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	<u>(352.889)</u>	<u>(342.803)</u>
Lucro bruto		<u>110.714</u>	<u>81.479</u>
Despesas administrativas e gerais	27	(70.196)	(87.470)
Despesas de vendas	26	(24.082)	(12.747)
Honorários da administração	13 /27	(2.193)	(1.943)
Outras receitas	23a	6.832	6.207
Outras despesas	23b	<u>(37.717)</u>	<u>(9.850)</u>
(Prejuízo) lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(16.642)</u>	<u>(24.324)</u>
Receitas financeiras	25	96.475	24.879
Despesas financeiras	25	<u>(124.454)</u>	<u>(40.562)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>(27.979)</u>	<u>(15.683)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(44.621)</u>	<u>(40.007)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	<u>-</u>	<u>(264)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(44.621)</u></u>	<u><u>(40.271)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Prejuízo do exercício		(44.621)	(40.271)
Outros Resultados Abrangentes			
Itens que talvez sejam reclassificados para o resultado			
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	20c	<u>(220)</u>	<u>131</u>
Resultado abrangente total		<u><u>(44.841)</u></u>	<u><u>(40.140)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2014		<u>199.656</u>	<u>(95.720)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>89</u>	<u>94.766</u>
Aumento de Capital		14.721	-	-	-	14.721
Prejuízo do exercício		-	(40.271)	-	-	(40.271)
Outros resultados abrangentes						
Operações no exterior -diferenças cambiais de conversão	20c	-	-	-	131	131
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>214.377</u>	<u>(135.991)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>220</u>	<u>69.347</u>
						-
Prejuízo do exercício		-	(44.621)	-	-	(44.621)
Outros resultados abrangentes						
Operações no exterior -diferenças cambiais de conversão	20c	-	-	-	(220)	(220)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>214.377</u>	<u>(180.612)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>-</u>	<u>24.506</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.621)	(40.271)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	10.256	10.560
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	-	971
Provisão para perda de imobilizado	1.904	-
Baixa de imobilizado e intangível	1.179	-
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	(220)	131
Variação cambial sobre Empréstimos	15.317	8.308
Juros sobre Empréstimos	11.327	6.985
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.867	(701)
Provisão para ajuste ao valor de reavaliação	(3.152)	1.349
Provisão para contingências	(1.566)	(7.274)
Outras provisões	2.324	(6.337)
	<u>615</u>	<u>(26.279)</u>
Variações nos ativos (aumento)/redução		
Contas a receber de clientes	(1.877)	(9.917)
Outros investimentos	-	(11)
Arrendamento mercantil a receber	2.352	(9.572)
Estoques	3.775	12.809
Impostos e contribuições a recuperar	(7.752)	2.506
Despesas antecipadas	5.695	(10.749)
Depósitos Judiciais	(1.306)	(63)
Outros créditos	(9.345)	(9.467)
Variações nos ativos aumento/(redução)		
Fornecedores	6.705	15.746
Arrendamento mercantil a pagar	(125)	(717)
Impostos e contribuições sociais	3.807	(8.251)
Salários e férias a pagar	(368)	(2.104)
Outras contas a pagar	(7.005)	4.695
Adiantamento e créditos de clientes	2.050	(643)
	<u>(2.779)</u>	<u>(42.017)</u>
Caixa usado nas atividades operacionais	<u>(2.779)</u>	<u>(42.017)</u>
Juros pagos sobre empréstimos	<u>(8.067)</u>	<u>(5.983)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(10.846)</u>	<u>(48.000)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	(4.900)	(9.488)
Ativo financeiros disponíveis para venda	-	(14.608)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(4.900)</u>	<u>(24.096)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de novos empréstimos	210.897	207.947
Amortização de empréstimos	(192.697)	(150.907)
Aumento de capital	-	14.721
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>18.200</u>	<u>71.761</u>
Aumento/(redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>2.454</u>	<u>(335)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.387	4.722
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>6.841</u>	<u>4.387</u>
Aumento/(redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>2.454</u>	<u>(335)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A NEC Latin América S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, capital. A companhia opera no segmento de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), fornecendo soluções, produtos e serviços para corporações, empresas e governos. A companhia fornece um amplo leque de soluções de acesso, transporte, core de rede e aplicações para as operadoras, assim como soluções de voz e redes para os clientes corporativos. A companhia tem aumentado a sua atuação nestes segmentos, oferecendo soluções de serviços profissionais, com destaque na oferta de serviços gerenciados baseados em NOC (Network Operation Center) e SOC (Security Operation Center) e soluções de outsourcing. Alinhada às tendências dos mercados em que atua, a companhia tem trabalhado também em soluções emergentes, como Cloud, SDN/NFV, RAN, Small Cells, OSS/BSS, Comunicações Unificadas, Cidades Inteligentes, Cinema Digital, Data Center, Segurança Integrada, entre outros.

A Companhia tem desenvolvido "Soluções para a Sociedade", que promovem a segurança, a proteção, a eficiência e a equidade. Sob a mensagem corporativa "*Orchestrating a brighter world*" (Orquestrando um mundo mais brilhante), a NEC tem como objetivo ajudar a resolver uma ampla gama de temas desafiantes e criar novos valores sociais para o mundo de amanhã, que muda a cada momento.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2016.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Classificação de arrendamento mercantil
- b. Incertezas sobre premissas e estimativas**
As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- **Nota 10** - Provisão de estoque para ajuste a valor de realização
- **Nota 19a** - Provisão para contingências
- **Notas 15 e 16** - Provisão para valor recuperável de imobilizado e intangível
- **Notas 15 e 16** - Depreciação e amortização de imobilizado e intangível
- **Nota 28** - Utilização de prejuízos fiscais
- **Nota 29** - Mensuração de instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação segundo a forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 29** - Instrumentos financeiros

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de custo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, a qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquida de quaisquer efeitos tributários, é reconhecida como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Os detalhes das operações com instrumentos financeiros derivativos estão descritos na Nota 29 - Instrumentos financeiros.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de armazenagem e montagem e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os itens do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2014	2013
Instalações	10 anos	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	5~10 anos	5~10 anos
Ferramentas e instrumentos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e ajustados caso seja apropriado.

No exercício de 2015 a Companhia realizou a revisão das premissas para determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Como consequência desta análise, a Companhia não identificou a necessidade de modificação nas vidas úteis anteriormente aplicadas.

f. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis incluem softwares adquiridos de terceiros e/ou gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
- Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos os gastos apenas da fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:
- Envolvem um plano ou projeto visando novos softwares ou aprimoramento substancial de softwares já existentes;
- Os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável;
- O produto for técnica e comercialmente viável;

- Os benefícios econômicos futuros são prováveis; e
- A Companhia tem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequêntes

Os gastos subsequêntes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela taxa de 20% a.a. (5 anos) quando referem-se a softwares utilizados como sistemas integrados e 33,33% a.a. (3 anos) para demais softwares adquiridos pela Companhia.

g. Arrendamento financeiro (arrendador)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente aos clientes da Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um bem. Tais contratos são registrados como arrendamento mercantil a receber e reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, os pagamentos mínimos de arrendamento recebidos sob arrendamentos financeiros são alocados entre receitas financeiras e redução do ativo em aberto. As receitas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do ativo.

h. Arrendamento financeiro (arrendatário)

No início do contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações exigidas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo relativo. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira e redução do passivo em aberto.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo montante igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

i. Arrendamento operacional

Os ativos mantidos sobre arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

j. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor pode incluir: o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor entrará em processo de falência, mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores, o desaparecimento de um mercado ativo para um título ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não os estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(i) Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia em uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

(ii) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

(iii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

m. Receita operacional

Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos ao comprador, da probabilidade dos benefícios econômicos e financeiros fluírem para a Companhia, dos custos associados e a possível devolução das mercadorias poderem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receitas financeiras ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia não reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado em decorrência de não possuir histórico de lucro tributável nos últimos anos e por não ser provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis em um futuro próximo e contra os quais seriam utilizados.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Empresa está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos

da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Empresa está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014;
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Aplicações financeiras	5.210	-
Caixa e bancos	<u>1.631</u>	<u>4.387</u>
	<u>6.841</u>	<u>4.387</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se em sua totalidade a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa de 99% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, aplicados em instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha e classificadas na categoria de ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

8 Contas a receber de clientes

	2015	2014
Circulante:		
No País	216.048	214.699
No Exterior	137	394
Partes relacionadas exterior (Nota 13)	965	-
Menos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(15.943)</u>	<u>(8.076)</u>
Total circulante	<u>201.207</u>	<u>207.017</u>
Não circulante:		
No País	<u>306</u>	<u>486</u>
Total não circulante	<u><u>306</u></u>	<u><u>486</u></u>

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação individual dos créditos e no histórico de perdas. O valor da provisão é considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

A Companhia efetuou durante o exercício de 2015, operações de cessão de crédito sem direito de regresso ou coobrigação para instituições financeiras sendo:

2015			2014		
Valor de face	Valor recebido	Comissão	Valor de face	Valor recebido	Comissão
164.054	161.486	2.568	27.610	27.508	102

As comissões cobradas pelas instituições financeiras relacionadas às operações de cessão de crédito em 2015 variam em média 1,253% sobre o valor de face dos títulos em 2015 (0,32% a 0,46% em 2014).

O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 25.

Pelos acordos firmados, a NEC cede e transfere a uma instituição financeira, sem direito de regresso ou coobrigação do cedente, os direitos sobre títulos a receber de seus clientes. Ao adquirir os títulos, a instituição financeira (Cessionário) assume todo o risco quanto ao recebimento dos valores junto aos clientes da NEC no vencimento dos mesmos.

Os títulos cedidos, seus respectivos vencimentos e o valor de aquisição são descritos em cada contrato. A baixa dos títulos do contas a receber é efetuada concomitantemente ao recebimento pela NEC, dos valores referentes a cessão de crédito. Quando do recebimento dos valores junto ao Cessionário, a NEC dá quitação total aos títulos cedidos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outras contas é divulgada na Nota 29.

9 Arrendamento mercantil

a. Arrendamento mercantil financeiro para arrendador

A Companhia tem firmado contratos de locação e comodato com opção de venda ao final da vigência dos mesmos, os quais foram considerados como arrendamento mercantil financeiro, em razão da transferência dos riscos e benefícios sobre os referidos bens ao cliente, sendo:

Prazo (Meses)	Taxa de Juros (a.a.)	2015	2014
60 (ii) (iii)	10,05% a 14,40%	5.853	6.315
54 (iii)	12,47% a 13,4%	2.680	3.276
48 (i)(iii)	8,35% a 13,39%	2.142	3.403
36 (iii)	11,30%	45	78
		<u>10.720</u>	<u>13.072</u>
	Circulante	2.918	2.824
	Não circulante	7.802	10.248

- (i) Contratos de locação de equipamentos para prover serviço de suporte técnico e gerenciamento de rede, mediante pagamento de 8% do valor total do contrato, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2015, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 63 (R\$ 796 em 2014);
- (ii) Contrato de locação para prover serviço de outsourcing de voz e de dados, mediante pagamento de R\$ 50, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2015, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 263 (R\$ 24 em 2014).
- (iii) Contratos de locação de equipamento para projeção em salas de cinema (projektor, tela), mediante pagamento de 1% do valor total dos bens remetidos, em uma única vez, corrigido pelo I-GPM até a data do efetivo pagamento em que a opção de compra for exercida, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2015, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 10.394.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores a receber decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros estão compostos a seguir:

	<u>Vencimento dos pagamentos futuros</u>		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2015			
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	4.229	9.621	13.850
Juros	(1.311)	(1.819)	(3.130)
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	<u>2.918</u>	<u>7.802</u>	<u>10.720</u>
	<u>Vencimento dos pagamentos futuros</u>		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2014			
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	4.308	12.540	16.848
Juros	(1.484)	(2.292)	(3.776)
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	<u>2.824</u>	<u>10.248</u>	<u>13.072</u>

b. Arrendamento mercantil financeiro para arrendatário

A Companhia possui dois contratos de locação com características de arrendamento mercantil financeiro, que foram reconhecidos no passivo tendo como contrapartida o reconhecimento do bem adquirido no grupo do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 06 sendo:

Item arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de desconto	Início vigência	2015	2014
Notebooks	25	DMS-3.2215/10-00-AD 3 (i)	36	4,45%	mar/12	-	6
Notebooks e monitores	121	DMS-3.2215/10-00-AD 4 (i)	36	3,06%	jul/12	-	66
Notebooks	50	DMS-3.2215/10-00-AD 5 (i)	36	3,11%	ago/12	-	36
Notebooks	25	DMS-3.2215/10-00-AD 6 (i)	36	2,62%	nov/12	-	23
Monitores	50	DMS-3.2215/10-00-AD 7 (i)	36	5,30%	dez/13	26	20
						26	151
				Circulante		26	125
				Não circulante		-	26

- (i) O primeiro contrato nº DMS-3.2215/10-00, firmado durante o exercício de 2011, relativo ao arrendamento de 439 equipamentos de informática novos (desktops, monitores e notebooks), o qual foi alvo de quatro novos aditivos durante o exercício de 2012 e 2013, onde foram acrescentados mais 271 equipamentos de informática novos (entre notebooks e monitores).

Os contratos e aditivos possuem condições similares, sendo: contratos pós-fixados reajustados anualmente com base no IPCA com vigência 36 meses, cláusula de opção de compra ao final do contrato mediante ao pagamento de duas parcelas a mais de locação.

Em caso de encerramento do contrato por iniciativa do arrendador, a Companhia deverá pagar o saldo residual equivalente a 50% do valor das parcelas ainda vincendas. Caso a iniciativa seja estabelecida por parte da Companhia, a mesma deverá realizar o pagamento ao arrendador de 100% do valor das parcelas ainda vincendas, calculado sobre o valor mensal da locação vigente à data da contratação.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor contábil líquido dos equipamentos de informática adquiridos pelos contratos acima referidos e que foram reconhecidos como parte integrante do ativo imobilizado da Companhia corresponde a R\$ 26, composto conforme segue:

	2015		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato DMS-3.2215/10-00	655	(629)	26
Equipamentos usados (<i>leaseback</i>) - contrato DMS-3.2208/10-00	41	(41)	-
Valor líquido dos equipamentos adquiridos (Nota 15)	696	(670)	26

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a obrigação da Companhia decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2015			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>26</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>26</u>
	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2014			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	127	26	153
Juros	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>125</u>	<u>26</u>	<u>151</u>

10 Estoques

	2015	2014
Materiais para revenda:		
Nacionais	16.812	16.537
Importados	43.817	42.672
Nacional	479	335
Importados	102	1.736
Provisão para ajuste ao valor de realização	(22.271)	(25.423)
Importações em andamento	<u>4.082</u>	<u>7.787</u>
	<u>43.021</u>	<u>43.644</u>

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização. A Companhia adota os seguintes critérios para a determinação do valor da provisão:

- **Itens sem movimentação de 3 até 6 meses:** provisão de 30% do valor contábil.
- **Itens sem movimentação de 6 até 12 meses:** provisão de 50% do valor contábil.
- **Itens sem movimentação há mais de 12 meses:** provisão de 100% do valor contábil.
- **Itens emprestados e em situação simbólica para refaturamento:** provisão de 100% do valor contábil.
- **Itens danificados:** provisão de 100% do valor contábil.
- Itens atrelados a contratos de manutenção tem sua provisão constituída mensalmente proporcionalmente ao prazo de contrato de forma que ao final do contrato, os itens nessa situação estejam com seu saldo 100% provisionado.

11 Impostos e contribuições (ativo e passivo)

a. Impostos e contribuições a recuperar

		2015	2014
Imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e contribuição social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	(i)	14.196	6.744
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)	(ii)	571	643
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”)	(iii)	1.385	1.952
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”)	(iv)	1.676	1.788
Instituto nacional do seguro social (“INSS”)	(v)	1.793	726
Programa Integração Social (“PIS”)	(ii)	124	140
 Total circulante		 19.745	 11.993

- (i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social - IRPJ/CSLL
O saldo corresponde em sua maioria ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos na fonte nos recebimentos de clientes, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições a pagar nos exercícios subsequentes.
- (ii) Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social -COFINS
O saldo corresponde a valores a compensar de PIS e COFINS sobre operações de importação de serviços e créditos sobre aquisição de ativo imobilizado destinados a locação a serem compensados na proporção de 1/48 avos.
- (iii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis e comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis, gerados nas unidades comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (v) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
O saldo decorre de créditos originados de retenções nas vendas de serviços equiparados a construção civil e são compensados com O INSS incidente sobre a folha de pagamento da Companhia.

b. Impostos e contribuições a recolher

		2015	2014
Impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09	(i)	18.122	16.428
Depósitos judiciais s/ impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (Nota 12)	(i)	(18.122)	(16.428)
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		6.300	4.319
PIS e COFINS sobre faturamento		1.626	901
ISSQN sobre faturamento		2.581	2.724
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”) sobre faturamento		438	-
Retenção ISSQN Lc 116/03 - serviços de terceiros		1.365	449
Outros		858	930
 Total circulante		 13.168	 9.323
 Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		 -	 38
 Total não circulante		 -	 38

Impostos a pagar adesão - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09 em 24 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos administrados

pela Receita Federal do Brasil instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 “REFIS IV”.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total dos depósitos judiciais realizados corresponde a R\$ 51.346 (R\$ 49.082 em 2014). O valor total dos débitos, no montante de R\$ 18.122 (R\$ 16.428 em 2014), após as reduções estabelecidas pelo programa fiscal da Lei nº 11.941/09, que ainda estão sujeitos à validação pelas autoridades competentes, para fins de apresentação foi compensado com os depósitos judiciais relacionados às ações a eles correspondentes até o limite do saldo passivo em aberto. O saldo remanescente dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 33.224 (R\$ 32.654 em 2014), permaneceu apresentado no ativo não circulante, conforme demonstrado na Nota 12.

Movimentação dos saldos

Processo	Imposto	2014	2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo Final
			Correção monetária (*)	
2003.61.00.020741-1	CPMF	3.405	284	3.689
2002.61.19.003660-4	INSS	453	38	491
MS 2004.61.00.020031-7 / AC 2004.61.00.026108-2	INSS	1.819	470	2.289
2000.61.00.001064-0	INSS	3.642	305	3.947
2002.61.19.003659-8	INSS	379	32	411
2001.61.19.003653-3	INSS	120	10	130
2001.61.19.003654-5	INSS	415	35	450
MS 89.0031441-6 / 96.0032851-0	IOF	769	65	834
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	2.847	239	3.086
MS 88.0026225-2 / AO 2004.61.00.020665-4 / MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	2.579	216	2.795
		16.428	1.694	18.122

(*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 12,34% a.a. em 2015 (10,23% em 2014) e é determinada com base na Selic.

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2015	2014
(Prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.621)	(40.007)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	15.171	13.602
Imposto de renda e contribuição social antecipado	-	(264)
Adições permanentes: Despesas não dedutíveis	(3.728)	(1.569)
Outros itens: Ativos fiscais não reconhecidos sobre a variação nas diferenças temporárias	(667)	(2.858)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	(10.776)	(9.175)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	(264)
Alíquota efetiva	0%	1%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a

esses itens, pois não é provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em um futuro próximo para que a Companhia possa realizar os benefícios destes.

12 Depósitos judiciais

	2015	2014
Processos tributários - exceto Anistia REFIS (i)	13.488	12.184
Processos tributários - Anistia REFIS (ii)	51.346	49.082
Processos previdenciários (i)	665	762
Processos trabalhistas (i)	2.567	3.047
Processos cíveis	9	-
Total de depósitos judiciais	68.075	65.075
<i>(-) Valores apresentados em uma base líquida com o passivo correspondente:</i>		
Processos tributários - exceto Anistia REFIS	(12.033)	(11.241)
Processos previdenciários	(663)	(762)
Processos trabalhistas	(1.377)	(1.789)
Total de depósitos apresentados em provisão para contingências (Nota 19a) (i)	(14.073)	(13.792)
Depósitos Anistia - REFIS	(18.122)	(16.428)
Total de depósitos apresentados em impostos a recolher (Nota 11b) (ii)	(18.122)	(16.428)
Valores apresentados no ativo não circulante	35.880	34.855

- (i) Em 31 de dezembro de 2015, o valor de depósitos judiciais relacionados a processos tributários (exceto REFIS), trabalhistas e cíveis totalizava R\$ 16.729 (R\$ 15.993 em 2014). Deste montante, R\$ 14.073 (R\$ 13.792 em 2014) foram vinculados à provisão para contingências dos processos correspondentes, e apresentados no passivo não circulante. O saldo remanescente, de R\$ 2.656 (R\$ 2.201 em 2014) permaneceu apresentado no ativo não circulante.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$ 51.346 (R\$ 49.082 em 2014) de depósitos judiciais relacionados aos processos para os quais a Companhia aderiu ao REFIS - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, o qual apresenta-se superior ao montante da dívida à qual está atrelado por conter os montantes de multa e juros originais os quais foram anistiados pela referida Lei. Em função do valor total dos depósitos judiciais relativos ao REFIS ser superior ao total da provisão dos processos correspondentes, este montante é apresentado como redutor do saldo de impostos a recolher no passivo circulante até o limite do saldo em aberto, que em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 18.122 (R\$ 16.428 em 2014). O saldo remanescente, de R\$ 32.224 (R\$ 32.654 em 2014), permaneceu apresentado no ativo não circulante.

Movimentação dos depósitos judiciais

	2014		2015				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	Reclassificações	
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	12.184	1.155	-	-	-	149	13.488
Processos tributários (Anistia - REFIS)	49.082	3.284	-	-	(1.020)	-	51.346
Processos previdenciários	762	52	-	-	-	(149)	665
Processos trabalhistas	3.047	785	(1.028)	(216)	(21)	-	2.567
Processos cíveis	-	9	-	-	-	-	9
Total de depósitos judiciais	65.075	5.285	(1.028)	(216)	(1.041)	-	68.075

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de mercadorias para revenda e contratação de serviços, entre a Companhia e sua controladora NEC Corporation, coligadas e outras partes relacionadas.

	2015	2014
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 8)	965	-
Outros créditos	<u>4.330</u>	<u>4.057</u>
	<u>5.295</u>	<u>4.057</u>
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 18)	51.892	50.680
Outras contas a pagar	1.182	567
Adiantamentos e créditos de clientes	<u>1.692</u>	<u>1.154</u>
	<u>54.766</u>	<u>52.401</u>
Passivo não circulante		
Fornecedores (Nota 18)	<u>1.747</u>	<u>2.808</u>
	<u>1.747</u>	<u>2.808</u>
Resultado		
Receita operacional	1.079	1.263
Compras	43.545	69.472

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado estão demonstrados abaixo:

	2015								2014							
	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante			Passivo não circulante	Resultado		Ativo Circulante	Passivo Circulante			Passivo não circulante	
	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Adiantamentos créditos de clientes	Outras contas a pagar	Fornecedores	Vendas	Compras	Outros créditos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Adiantamentos créditos de clientes	Fornecedores	
Controladora																
NEC Corporation (Japão)	816	25.285	965	409	37.322	1.692	651	-	493	41.347	357	32.999	5.603	1.151	34	
Outras partes relacionadas																
NEC America, Inc. (EUA)	263	4.914	-	-	353	-	-	-	-	7.705	-	973	-	-	-	
NEC Argentina S.A.	-	499	-	1.897	11.804	-	-	1.747	770	5.528	-	7.769	504	3	2.774	
NESIC Brasil S.A.	-	6.229	-	-	1.511	-	-	-	-	5.131	-	1.357	-	-	-	
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	2.126	-	-	503	-	-	-	-	7.621	-	542	255	-	-	
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	178	1.766	-	-	-	-	
NEC Iberica S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	534	-	-	-	-	-	
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	-	-	-	83	-	-	-	-	63	-	13	-	-	-	
NEC Europe LTD.	-	75	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	
NEC Chile	-	932	-	683	267	-	-	-	-	-	370	-	-	-	-	
NEC Colombia	-	2.241	-	772	49	-	-	-	-	-	1.564	93	-	-	-	
NEC Learning Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
NEC Professional Support Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
NEC Portugal - Telecomunicações e Sistemas S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150	-	-	-	-	-	
NETCRACKER Technology Corp.	-	278	-	-	-	-	-	-	-	1.206	-	648	-	-	-	
Global View S.A.	-	-	-	569	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
NEC Plataforms Ltd.	-	421	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
NEC Management Partner LTD	-	389	-	-	-	-	531	-	-	-	-	-	-	-	-	
NEC Unified Solutions, Inc	-	137	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
NEC Corporation (Thailand) Ltd.	-	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
NEC Corporation Singapore	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	<u>1.079</u>	<u>43.545</u>	<u>965</u>	<u>4.330</u>	<u>51.892</u>	<u>1.692</u>	<u>1.182</u>	<u>1.747</u>	<u>1.263</u>	<u>69.472</u>	<u>4.057</u>	<u>44.394</u>	<u>6.362</u>	<u>1.154</u>	<u>2.808</u>	

-Honorários da Administração

Os honorários da Administração, conforme destacado em linha específica na demonstração de resultados no montante total de R\$ 2.193 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.943 em 2014) incluem os salários, os encargos sobre salários e os benefícios de curto prazo.

14 Ativos financeiros mantidos para venda

Os ativos financeiros mantidos para venda representam participações em Empresas relacionadas nas quais a Companhia não possui influência significativa. Esses investimentos em instrumentos patrimoniais são mantidos a custo pois não possuem um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido.

	2015	2014
NEC Argentina S.A.	1.775	1.775
Nesic Brasil S.A.	2.769	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	963	963
Provisão para perda no valor recuperável: Boviel - Kyowa S.A.	(963)	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A	102	102
Global View S.A	13.156	13.156
Total	17.802	17.802

Movimentação dos saldos

			2014	2015	
	Qtde. de	% de	Saldo	Adições	Saldo
	quotas/ações	participação no	Inicial		Final
		capital social			
Nec Argentina S.A.	2.387.350	2%	1.775	-	1.775
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	-	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	979.575	1,86%	963	-	963
Provisão do investimento Boviel - Kyowa S.A.	n/a	n/a	(963)	-	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	373.328	0,01%	102	-	102
Global View S.A	750.000	15%	13.156	-	13.156
Total			17.802	-	17.802

15 Imobilizado

	2015			2014	
	Custo	Depreciação	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Líquido	Líquido
Instalações	3.151	(2.104)	-	1.047	808
Benfeitorias bens de terceiros	4.465	(3.505)	-	960	1.203
Máquinas e equipamentos	73.948	(59.455)	(2.527)	11.966	17.035
Ferramentas e instrumentos	2.306	(2.173)	-	133	207
Móveis e utensílios	4.573	(3.787)	-	786	1.304
Veículos	825	(670)	-	155	250
Equipamentos de informática	11.497	(10.227)	-	1.270	2.192
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 9b)	694	(684)	-	10	145
Imobilização em andamento	666	-	-	666	884
	<u>102.125</u>	<u>(82.607)</u>	<u>(2.527)</u>	<u>16.991</u>	<u>24.028</u>

- (i) O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 inclui provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 2.527, contabilizado no exercício de 2010, relativos aos projetos NGN e SOC-MSS. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia realizou avaliação para verificação da necessidade de aumento ou redução no valor de provisão para valor recuperável e não se identificou tal necessidade.

Movimentação do custo

	1º. de janeiro de 2014	2014			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Instalações	2.703	-	(23)	-	2.680
Benfeitorias bens de terceiros	3.750	-	-	545	4.295
Máquinas e equipamentos	64.997	884	(1.729)	6.148	70.300
Ferramentas e instrumentos	2.286	-	-	-	2.286
Móveis e utensílios	4.757	29	(81)	100	4.805
Veículos	935	-	(253)	143	825
Equipamentos de informática	11.435	245	(164)	719	12.235
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 9b)	2.547	-	(1.883)	30	694
Imobilização em andamento	1.166	7.330	-	(7.612)	884
	<u>94.576</u>	<u>8.488</u>	<u>(4.133)</u>	<u>73</u>	<u>99.004</u>
	1º. de janeiro de 2015	2015			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Instalações	2.680	-	-	471	3.151
Benfeitorias bens de terceiros	4.295	-	-	170	4.465
Máquinas e equipamentos	70.300	-	(18)	3.666	73.948
Ferramentas e instrumentos	2.286	-	-	20	2.306
Móveis e utensílios	4.805	-	(414)	182	4.573
Veículos	825	-	-	-	825
Equipamentos de informática	12.235	-	(1.116)	378	11.497
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 9b)	694	-	-	-	694
Imobilização em andamento	884	4.669	-	(4.887)	666
	<u>99.004</u>	<u>4.669</u>	<u>(1.548)</u>	<u>0</u>	<u>102.125</u>

Movimentação da depreciação

	Taxa de depreciação % a.a	1º. de janeiro de 2014			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Instalações	10	(1.627)	(268)	23	(1.872)
Benfeitorias bens de terceiros	10	(2.962)	(130)	-	(3.092)
Máquinas e equipamentos (i)	10-20	(46.544)	(6.950)	852	(52.642)
Ferramentas e instrumentos	20	(1.987)	(92)	-	(2.079)
Móveis e utensílios	10	(3.166)	(382)	47	(3.501)
Veículos	20	(678)	(97)	200	(575)
Equipamentos de informática	20	(9.733)	(471)	161	(10.043)
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 9b)	33	(1.698)	(730)	1.879	(549)
		(68.395)	(9.120)	3.162	(74.353)
	Taxa de depreciação % a.a	1º. de janeiro de 2015			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Instalações	10	(1.872)	(232)	-	(2.104)
Benfeitorias bens de terceiros	10	(3.092)	(413)	-	(3.505)
Máquinas e equipamentos (i)	10-20	(52.642)	(6.831)	18	(59.455)
Ferramentas e instrumentos	20	(2.079)	(94)	-	(2.173)
Móveis e utensílios	10	(3.501)	(298)	12	(3.787)
Veículos	20	(575)	(95)	-	(670)
Equipamentos de informática	20	(10.043)	(528)	344	(10.227)
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 9b)	33	(549)	(137)	-	(686)
		(74.353)	(8.628)	374	(82.607)

(i) A Companhia utiliza uma parcela dos itens de máquinas e equipamentos em contratos de locação (arrendamento operacional) para terceiros e esses sofrem depreciação acelerada de 20% ao ano.

16 Intangível

	2015			2014	
	Custo	Amortização acumulada	Provisão redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	(7.912)	(23.512)	-	-
Gastos com softwares (b)	23.041	(19.678)	(1.363)	2.000	3.402
	54.465	(27.590)	(24.875)	2.000	3.402

Movimentação do custo

	1/01/2014	2014			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	-	-	-	31.424
Gastos com softwares (b)	21.738	9	-	1.068	22.815
Imobilização em Andamento (Softwares)	150	991	-	(1.141)	-
	53.312	1.000	-	(73)	54.239
	1/01/2015	2015			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	-	-	-	31.424
Gastos com softwares (b)	22.815	12	(5)	219	23.041
Imobilização em Andamento (Softwares)	-	219	-	(219)	-
	54.239	231	(5)	-	54.465

Movimentação da amortização

		1/01/2014	2014	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Vida útil definida				
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	5anos	(7.912)	-	(7.912)
Gastos com softwares (b)	3~5anos	(16.610)	(1.440)	(18.050)
		(24.522)	(1.440)	(25.962)
		1/01/2015	2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Vida útil definida				
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	5anos	(7.912)	-	(7.912)
Gastos com softwares (b)	3~5anos	(18.050)	(1.628)	(19.678)
		(25.962)	(1.628)	(27.590)

- (a) Referem-se aos gastos com desenvolvimento relativos aos projetos NGN e SOC-MSS:O projeto NGN refere-se ao desenvolvimento e “tropicalização” das soluções de dois fornecedores principais para as chamadas redes de nova geração (NGN) baseadas no protocolo IP para substituição das redes tradicionais TDM de voz que começam a entrar em “phasing out”. o projeto MSS refere-se ao desenvolvimento dos Serviços Gerenciados de Segurança (MSS) e implementação do Centro de Operações de Segurança (SOC) para habilitação da Companhia a ofertar para o mercado local serviços de segurança para gerenciar e/ou monitorar redes de dados e infra-estruturas de segurança. Serviços a serem ofertados incluem: Firewalls gerenciados, serviços de VPN, serviços gerenciados de detecção de invasões, prevenção gerenciada de invasões, entre outros.
- (b) Refere-se a gastos com softwares adquiridos de terceiros.

Provisão para redução ao valor recuperável

Em 2011 foi aplicado teste para avaliar a capacidade dos projetos NGN e SOC-MSS recuperarem o montante investido e capitalizado como intangível (gastos com softwares adquiridos nestes projetos), e a conclusão foi negativa em razão de alterações no cenário de mercado. Sendo assim a Companhia constituiu 100% de provisão de perda do valor recuperável do investimento (“*impairment*”) sobre o saldo residual dos mesmos naquele exercício, cenário que não se alterou em 2015 e 2014, razão pela qual a provisão foi mantida.

17 Empréstimos

	2015	2014
Empréstimos bancários (conta garantida)	13.110	7.243
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	<u>142.304</u>	<u>111.394</u>
 Total circulante	 <u>155.414</u>	 <u>118.637</u>

Durante o exercício de 2015 a Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras com o objetivo de utilização para capital de giro. Do total dos empréstimos em 31 de dezembro de 2015, R\$ 13.110 referem-se a empréstimos na modalidade de conta garantida junto a instituições financeiras no país, e R\$ 142.304 referem-se a empréstimos em moeda estrangeira junto a instituições financeiras no exterior, na modalidade Lei 4131.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

	Moeda	Taxa de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	2015	2014
Empréstimos bancários (conta garantida)	R\$	110%	CDI	2016	13.110	7.243
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	USD	1,48% a 2,93% a. a.	Libor + IR + Spread	2016	<u>142.304</u>	<u>111.394</u>
					<u>155.414</u>	<u>118.637</u>

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Movimentação dos saldos

	2015							
	2014	Adições			Baixas			Saldo final
Saldo inicial	Captações principal	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização variação cambial	Amortização juros		
Empréstimos bancários (conta garantida)	7.243	97.038	-	1896	(91.138)	-	(1.929)	13.110
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	<u>111.394</u>	<u>102.429</u>	<u>18.629</u>	<u>3293</u>	<u>(129.984)</u>	<u>39.855</u>	<u>(3312)</u>	<u>142.304</u>
	<u>118.637</u>	<u>199.467</u>	<u>18.629</u>	<u>5.189</u>	<u>(221.122)</u>	<u>39.855</u>	<u>(5242)</u>	<u>155.414</u>

18 Fornecedores

	2015	2014
No País	38.916	44.573
No exterior	28.333	13.679
Partes relacionadas (Nota 13)	51.892	44.394
Provisão de custos	38.648	47.247
	<u>157.789</u>	<u>149.893</u>
No exterior	0	130
Partes relacionadas (Nota 13)	1.747	2.808
	<u>1.747</u>	<u>2.938</u>

A provisão de custos é baseada e constituída através da análise de projetos, de forma a assegurar o princípio da realização da receita e da confrontação das despesas no mesmo período contábil (regime de competência). Referida provisão é composta principalmente de gastos relativos a serviços já executados, porém ainda não faturados pelo fornecedor ou até pelo não recebimento da nota fiscal.

O controle desta conta é feito periodicamente e a revisão da necessidade de complemento ou estorno desta provisão é feita mensalmente, através de formulário emitido pelo PM (*Project Management*) ou BCM (*Business Control Management*) do projeto e aprovado pelos superiores responsáveis.

19 Provisões

a. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas administrativas e judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, conforme segue:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	Provisão	Depósito judicial		Líquido
Tributárias	25.166	(12.033)	13.133	12.622
Previdenciários	3.100	(663)	2.437	4.116
Trabalhistas	6.648	(1.377)	5.271	5.948
Cíveis	459	-	459	461
	<u>35.373</u>	<u>(14.073)</u>	<u>21.300</u>	<u>23.147</u>

Movimentação dos processos no exercício

	2014		2015					Saldo final
	Saldo final	Adições	Baixas					
Provisão para contingências	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final	
Tributárias	23.863	1.500	(197)	-	-	-	25.166	
Previdenciários	4.877	98	-	-	(1.875)	-	3.100	
Trabalhistas	7.737	2.491	(1.781)	-	(1.799)	-	6.648	
Cíveis	462	334	(337)	-	-	-	459	
	<u>36.939</u>	<u>4.423</u>	<u>(2.315)</u>	<u>-</u>	<u>(3.674)</u>	<u>-</u>	<u>35.373</u>	
Depósitos judiciais								
Tributárias	(11.241)	(1.052)	-	-	260	-	(12.033)	
Previdenciários	(762)	(52)	-	-	151	-	(663)	
Trabalhistas	(1.789)	(528)	21	28	983	(92)	(1.377)	
	<u>(13.792)</u>	<u>(1.632)</u>	<u>21</u>	<u>28</u>	<u>1.394</u>	<u>(92)</u>	<u>(14.073)</u>	
	<u>23.147</u>	<u>2.791</u>	<u>(2.294)</u>	<u>28</u>	<u>(2.280)</u>	<u>(92)</u>	<u>21.300</u>	

- (ii) As reversões de provisão referem-se principalmente a provisões anteriormente constituídas para processos tributários com risco de perda provável que tiveram o risco alterado para possível ou remoto com base nos eventos ocorridos durante o exercício de 2015.
- (iii) Referem-se às reclassificações dos saldos de depósito judicial excedentes ao valor da provisão reconhecida nos processos relacionados para depósitos judiciais, no ativo não circulante.

Processos com risco de perda provável:

- *Processos tributários*
As contingências tributárias mais relevantes são representadas pelos seguintes processos:
- **Federal** - Processos administrativos, judiciais e outros totalizando R\$ 12.518 (R\$ 11.690 em 2014), sendo o principal relacionado com a finalidade de assegurar o direito de não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
- **Municipal** - Execuções Fiscais e processos administrativos no valor de R\$ 12.648 (R\$ 12.173 em 2014), sendo o principal relativo a demanda que possui como objeto pleitos do Município de Salvador, que exige o recolhimento do ISS sobre serviços de gerenciamento de obras realizadas no referido Município, e gerenciadas pela filial da Companhia situada em Guarulhos-SP.
- *Processos previdenciários*
Relacionam-se em sua maioria a ações para discutir a incidência das contribuições previdenciárias (INSS) sobre mão de obra terceirizada, totalizando R\$ 3.100 (R\$ 4.878 em 2014).
- *Processos trabalhistas*
A Companhia se defende em 70 processos trabalhistas com risco de perda provável (103 em 2014), para os quais foram reconhecidas provisões que totalizam R\$ 6.648 (R\$ 7.737 em 2014). Estas ações trabalhistas possuem como objeto principal pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício por terceiros, horas-extras, comissões por vendas, insalubridade e periculosidade, não existindo processos de valor individualmente relevante.

- *Processos cíveis*

A Companhia figura no pólo passivo de processos cíveis, de valores individualmente não significativos, propostos por fornecedores e clientes para discussão de valores devidos por serviços prestados e/ou fornecimento de bens. Para esses processos a Companhia registrou provisão de R\$ 459 (R\$ 461 em 2014), com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos.

Processos com risco de perda possível e remoto:

- *Processos com risco de perda possível:*

Dos processos classificados como de risco possível, os principais compreendem:

- (i) Processo decorrente de auto de infração emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em 2011, cujo valor atualizado em dezembro de 2015 remonta em R\$ 350.762 (R\$ 338.646 em 2014), relativo a operações de importação por conta e ordem de terceiros, nas quais a empresa comercial importadora estabelecida no Espírito Santo realizou o desembaraço aduaneiro e promoveu a entrada física das mercadorias em território capixaba, Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo. A Administração entende que os créditos tributários de ICMS que embasaram a autuação fiscal estão extintos ou suspensos, conforme disposto no Decreto nº 56.045 de 26 de julho de 2010.
- (ii) Processo administrativo no valor de R\$ 143.974 (R\$ 140.352 em 2014) como objeto a cobrança, pelo município de Itaquaquecetuba, de ISS (5%) com base no valor total do contrato de fornecimento de bens e serviços (R\$ 583.280), acrescido de multa e juros de mora. A defesa da Companhia se baseia na alegação de que o tributo, se devido fosse, deveria ser calculado somente sobre o valor equivalente aos serviços realizados no município em questão.

Processos com risco de perda remoto:

Dos processos classificados como de risco remoto, os principais compreendem:

- (i) Processo administrativo decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, tendo como objeto o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, efetuados anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera administrativa, já tendo obtido resultado parcialmente favorável na impugnação, com redução do montante da autuação de R\$ 321 milhões para R\$ 273 milhões (valores originais), R\$ 358 milhões o valor atualizado até 31 de dezembro de 2015 (R\$ 331 milhões em 2014).
- (ii) Auto de Infração emitido em dezembro de 2011, cujo valor atualizado até dezembro de 2015 é R\$ 187.993 (R\$174.192 em 2014), objetivando o recolhimento do imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, ocorridos, em sua grande maioria, anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera administrativa. Defesa protocolada em 27 de janeiro de 2012 e julgada procedente em 2012. A Receita Federal apelou da decisão. A Administração está convicta de que a decisão que lhe foi favorável será mantida, sendo o risco de perda remoto

b. Garantias e cartas fiança

A Companhia contratou garantias e fianças junto a instituições financeiras, para assegurar a continuidade de processos judiciais bem como outras operações comerciais, segue abaixo detalhamento dos montantes em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Tipo de garantia	2015			2014		
	Judiciais	Outros	Total	Judiciais	Outros	Total
Carta de fiança	45.563	8.961	54.524	57.832	7.268	65.100
Cheque caução	-	68	68	-	67	67
Seguro garantia	1.116	2.234	3.350	1.116	161	1.277
<i>Standby letter of credit</i>	-	19.524	19.524	-	26.562	26.562
Total	<u>46.679</u>	<u>30.787</u>	<u>77.466</u>	<u>58.948</u>	<u>34.058</u>	<u>93.006</u>

Os valores referentes a “*Stand by letter of credit*” tem o valor de USD 10 milhões e foram apresentados pelos respectivos valores em reais nos referidos exercícios.

A Companhia em 31 de dezembro de 2015 possui um ativo imobilizado dado em garantia a processo trabalhista cujo saldo residual nesta data corresponde a R\$ 83.

c. Outras provisões

	2015	2014
Provisão para reestruturação (i)	3.434	1.656
Provisão sobre royalties	1.630	1.564
Provisão gastos com garantias (ii)	270	93
Provisão contrato oneroso (iii)	155	155
Provisão de ISS	<u>1.311</u>	<u>1.218</u>
Total circulante	<u>6.800</u>	<u>4.686</u>
Provisões - honorários (iv)	5.393	5.420
Provisão gastos com garantias (ii)	<u>537</u>	<u>300</u>
Total não circulante	<u>5.930</u>	<u>5.720</u>

(i) Provisão para reestruturação
 Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia se comprometeu a um plano de reestruturação para adequação de sua estrutura organizacional diante da nova realidade de mercado em que a Companhia se encontra. Seguindo o anúncio do plano, a Companhia reconheceu uma provisão para custos esperados de reestruturação compostos basicamente por custos de rescisão de contrato e benefícios de rescisão de funcionários, cujo saldo tem provisão de ser consumido até o final do 1º semestre de 2016.

(ii) Provisão para garantias
 A provisão para garantia está relacionada à venda dos produtos e equipamentos, ocorrida durante os anos encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Referida provisão é calculada através de percentuais obtidos pelo histórico de consumo da garantia em períodos passados, aplicados na receita líquida mensal do faturamento de materiais e equipamentos.

A Companhia considera utilizar a provisão existente em 31 de dezembro de 2015, durante os anos de 2016 e 2017.

(iii) Provisão para contrato oneroso

Provisão constituída em junho de 2010 após avaliação de contratos da Companhia, em razão da identificação de projeto em situação deficitária o qual atendia as premissas de constituição de provisão para contrato oneroso previstas no CPC 25, parcialmente revertida em 2012, em função de revisão a qual constatou que parte dos itens, que constituíam risco de gastos, e faziam parte da composição do saldo de provisão seriam executados a um custo menor em função de sinergia com os novos projetos em andamento e substituição de tecnologia, deixando de constituir risco para Companhia.

- (iv) Provisões - honorários
 Provisão relativa aos honorários previstos para pagamento dos advogados que estão acompanhando processos de contingências passivas em sua maioria de natureza tributária.

Movimentação das outras provisões no exercício:

	2014	2015			Saldo final
	Saldo inicial	Adição a provisão	Baixas		
			Utilização	Reversões	
Provisão para reestruturação	1.656	31.368	(29.590)	-	3.434
Provisão sobre royalties	1.564	623	(153)	(404)	1.630
Provisão gastos com garantias	93	306	(129)	-	270
Provisão para contrato oneroso	155	-	-	-	155
Outros	1.218	168	(75)	-	1.311
	4.686	32.465	(29.947)	(404)	6.800
Circulante					
Provisões - honorários	5.420	1.989	(2.016)	-	5.393
Provisão gastos com garantias	300	366	(129)	-	537
	5.720	2.355	(2.145)	-	5.930
Não circulante					

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 214.377, e está representado por 403.618 (403.618 em 2014) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 25 ações encontram-se em tesouraria.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de Dezembro de 2015, a Companhia possuía em tesouraria 25 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal adquiridas em 1993 mediante aplicação de recursos originários das reservas de lucros, no montante de R\$ 9.259 (R\$ 9.259 em 2014) para futura alienação e/ou cancelamento.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 2015, os valores contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial relativos aos efeitos das diferenças cambiais de conversão de operação de sua filial sediada no exterior (Miami - EUA) foram transferidos do Patrimônio líquido para a demonstração de resultado em virtude da baixa da entidade no exterior (fechamento da filial Miami).

21 Receita operacional

Abaixo apresentamos a abertura da receita operacional líquida:

	2015	2014
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	293.925	233.759
Serviços prestados	293.085	303.971
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(110.159)	(95.660)
Devoluções e abatimentos	<u>(13.248)</u>	<u>(17.788)</u>
Receita operacional	<u>463.603</u>	<u>424.282</u>

22 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	2015	2014
Custo da mercadoria vendida	176.413	136.150
Custos com pessoal (Nota 24)	42.552	44.339
Depreciação e amortização	6.618	7.160
Serviços de terceiros e outros	<u>127.306</u>	<u>155.154</u>
	<u>352.889</u>	<u>342.803</u>

23 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	2015	2014
Reversão provisão para contingências	2.512	4.341
Reversão provisão de perda investimentos	-	1.682
Outros	<u>4.320</u>	<u>184</u>
	<u>6.832</u>	<u>6.207</u>

b. Outras despesas

	2015	2014
Despesas com reestruturação (<i>lay-off</i>)	(31.486)	(6.210)
Despesa provisão para contingências	(4.884)	(2.860)
Outros	<u>(1.347)</u>	<u>(780)</u>
	<u>(37.717)</u>	<u>(9.850)</u>

24 Despesas com pessoal

	2015	2014
Ordenados e salários	51.427	54.712
Contribuições compulsórias para previdência social	12.225	13.859
Provisões 13º salário e férias	8.418	9.994
Encargos assistenciais	9.427	10.395
Despesas encargos sociais (FGTS)	4.596	4.671
Honorários da administração (Nota 13 e Nota 27)	2.193	1.943
Contribuições para plano de contribuição definida	6	530
Outros proventos	8.558	6.501
	<u>96.850</u>	<u>102.605</u>

Do montante total de despesas de pessoal identificados no quadro acima, R\$ 42.552 (R\$ 44.339 em 2014) foi incluído no custo dos produtos vendidos e serviços prestados, R\$ 1.085 (R\$ 1.759 em 2014) nas despesas de vendas e R\$ 53.212 (R\$ 56.508 em 2014) nas despesas administrativas e gerais.

25 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2015	2014
Receitas financeiras		
Ganhos com operações de <i>swap e hedge</i>	89.244	18.864
Variações monetárias ativas	4.168	4.306
Juros sobre aplicações financeiras	1.401	571
Outros	1.662	1.138
	<u>96.475</u>	<u>24.879</u>
Despesas financeiras		
Perdas com operações de <i>swap e hedge</i>	(17.687)	(9.387)
Variações cambiais passivas	(91.076)	(20.274)
Juros	(8.050)	(5.282)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (i)	(1.695)	(1.405)
Comissão decorrente de operação de cessão de crédito sem direito de regresso (Nota 8)	(2.568)	(102)
Variações monetárias passivas	(1.772)	(2.089)
Outros	(1.606)	(2.023)
	<u>(124.454)</u>	<u>(40.562)</u>
(Despesas) receitas financeiras líquidas	<u>(27.979)</u>	<u>(15.683)</u>

(i) Os valores de 2015 e 2014 referem-se aos juros sobre passivos fiscais incluídos no REFIS IV - Lei 11.941/09.

26 Despesas de vendas

	2015	2014
Fretes	7.851	8.447
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	12.708	476
Royalties	2.080	1.615
Despesas com pessoal (Nota 24)	1.085	1.759
Comissões sobre vendas	63	96
Perdas com encerramento de contratos	295	354
	<u>24.082</u>	<u>12.747</u>
Total	<u>24.082</u>	<u>12.747</u>

27 Despesas administrativas e gerais

	2015	2014
Despesas com pessoal (Nota 24)	53.212	56.508
Serviços de terceiros	12.704	15.314
Gastos gerais:		
Ocupação - imóveis	3.322	4.970
Viagens	3.405	2.504
Processamento de dados	2.854	2.360
Comunicações	1.037	1.443
Impostos, taxas e contribuições	205	463
Veículos	440	358
Água, luz e gás	1.094	766
Depreciação/Amortização	2.694	3.400
Recuperação de gastos	(12.061)	(2.721)
Outros	3.483	4.048
	72.389	89.413
Despesas administrativas e gerais	70.196	87.470
Honorários da administração (Nota 24)	2.193	1.943

28 Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2015	1.475.836
Base negativa de contribuição social	1.525.571

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social sobre o lucro está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Dentre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existem saldos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 1.110.579 (R\$ 1.110.579 em 2014) e R\$ 1.127.855 (R\$ 1.127.855 em 2014) respectivamente, os quais não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

29 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio) o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia opera somente com instituições financeiras consideradas de primeira linha. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos;
- Risco de taxas de juros; e
- Risco de taxa de câmbio.
- Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Companhia.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e bancos	7	1.631	4.387
Aplicações financeiras	7	5.210	-
Empréstimos e recebíveis:			
Contas a receber de clientes	8	201.513	207.503
Arrendamento mercantil a receber	9a	10.720	13.072
Outros créditos		25.327	15.982
		<u>244.401</u>	<u>240.944</u>

O vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

	2015		2014	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
Não vencidos	49.105		43.766	
Vencidos até 30 dias	45.291	(9.946)	35.748	(5)
Vencidos entre 31-90 dias	55.511	(16)	48.754	(18)
Vencidos entre 91-180 dias	30.840	(30)	47.020	(98)
Vencidos entre 181 - 365 dias	13.881	(265)	18.829	(238)
Vencidos há mais de um ano	60.875	(5.686)	50.516	(7.717)
Total	253.503	(15.943)	244.633	(8.076)

A provisão para perdas por redução no valor a recuperar referem-se às contas a receber de clientes em atraso constituída com base na avaliação individual dos créditos e no histórico de perdas.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	8.076	8.777
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	(5.094)	(1.627)
Provisão para redução ao valor recuperável	12.961	926
Saldo em 31 de dezembro	15.943	8.076

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros não derivativos:

	Nota	2015					
		Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	18	159.356	159.356	148.047	9.742	1.747	
Empréstimos	17	155.414	155.414	123.378	32.036		
Adiantamentos e créditos de clientes		3.809	3.809	3.809			
Outras contas a pagar		2.524	2.524	2.524			
Arrendamento mercantil a pagar	9b	26	26	-	26		
		321.129	321.129	277.758	41.804	1.747	

Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, somente são efetuadas aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI. Para os empréstimos contratados em moeda estrangeira com taxa fixa, foram contratadas operações com derivativos (*Swaps*), convertendo as mesmas para percentual de variação do CDI.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, para aquisição de insumos e empréstimos no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge (*Swaps*) para mitigar esses riscos.

A exposição da Companhia ao risco de oscilações na moeda estrangeira está composta pelos seguintes valores (base em valores nominais):

	USD (000)	
	2015	2014
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	35	169.787
Contas a receber (partes relacionadas)	247	-
Estoques - importação em trânsito	1.057	1.954
Estoques - adiantamento a fornecedores (exterior)	4	469
Estoques - adiantamento a fornecedores (partes relacionadas)	22	185
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4131)	(26.576)	(41.928)
Fornecedores com exposição em dólar (nacional)	(1.163)	(1.512)
Fornecedores (exterior)	(9)	(54)
Fornecedores (partes relacionadas)	(7.076)	(4.914)
Impostos e contribuições a recolher - impostos de importação	(13.936)	(17.260)
Exposição líquida	(47.395)	106.727

Os valores de outras contas a pagar e outros créditos com partes relacionadas são oriundos de transações originadas em moeda local (Reais) e que portanto não estão sujeitos à oscilação nas taxas de câmbio.

Para se proteger contra os riscos de variação cambial sobre os saldos expostos a moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos como compra a futuro de moeda estrangeira e *Swaps*. Apesar disso, o vencimento desses instrumentos financeiros derivativos não estão casados com os vencimentos dos compromissos acima em moeda estrangeira, não se tratando de um hedge efetivo.

Análise de sensibilidade de variações e risco de exposição cambial

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre o saldo de valores contábeis sujeitos a este tipo de risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras. O cenário provável considera a taxa de câmbio de R\$ 3,9048, idêntica a taxa utilizada nestas demonstrações financeiras, razão pela qual este cenário apresenta resultado nulo. Para os cenários A e B, a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 4,8810 e R\$ 5,8572 respectivamente.

Operação	Moeda	Exposição em USD (000)	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				Provável	A Possível 25%	B Remoto 50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	47.395	Aumento da cotação do USD	-	46.267	92.534
Contratos de dólar futuro	USD	20.000	Efeito da proteção do dólar futuro	-	(19.524)	(39.048)
Swap s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	26.576	Efeito da proteção dos swaps	-	(25.943)	(51.887)
			Efeito total no resultado	-	800	1.599

b. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia com liquidação no vencimento de cada operação.

	Valor de referência (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)	
	2015	2014	2015	2014
Contratos futuros				
NDFs vencimento 02/01/2014	-	20.000	-	-
NDFs vencimento 03/02/2014	-	4.000	-	-
Swap s/ empréstimo em moeda estrangeira vencimento em 06/11/2014	-	3.000	-	-
NDFs vencimento 02/01/2015	-	24.000	-	1.794
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 16/01/2015	-	7.952	-	3.063
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 31/01/2015	-	2.000	-	45
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 25/02/2015	-	508	-	20
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 25/02/2015	-	5.000	-	613
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 09/03/2015	-	4.300	-	1.437
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 19/08/2015	-	3.000	-	901
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 20/08/2015	-	3.000	-	956
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 21/10/2015	-	5.000	-	837
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 23/10/2015	-	5.000	-	684
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 06/11/2015	-	3.000	-	290
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 03/12/2015	-	3.000	-	242
NDFs vencimento 04/01/2016	20.000	-	425	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 15/01/2016	3.408	-	5.501	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 12/01/2016	5.000	-	5.176	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 24/02/2016	5.000	-	4.448	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 04/03/2016	4.300	-	2.750	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 31/03/2016	8.000	-	302	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 27/10/2016	9.367	-	4.488	-

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia auferiu ganho de R\$ 71.557 (ganhos líquidos de R\$ 9.477 em 2014) com instrumentos financeiros derivativos, que encontram-se registrados na conta de receitas (ganhos) e despesas (perdas) financeiras no resultado (Nota 25).

c. Valor justo de instrumentos financeiros não derivativos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 estão identificados a seguir:

	2015	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	5.210	5.210
Outros investimentos	20	20
Ativos mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	1.631	1.631
Contas a receber de clientes	201.513	201.513
Arrendamento mercantil a receber	10.720	10.720
Outros créditos	25.327	25.327
	244.421	244.421
Passivo		
Passivos mensurados pelo custo amortizado:		
Empréstimos	155.414	155.414
Fornecedores	159.536	159.536
Adiantamentos e crédito de clientes	3.809	3.809
Outras contas a pagar	2.524	2.524
Arrendamento mercantil a pagar	26	26
	321.309	321.309

d. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo.

Descrição	2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:			
Aplicações Financeiras	-	5.210	-
Outros investimentos	-	20	-
	-	5.230	-
Subtotal	-	5.230	-

30 Eventos subsequentes

Durante o primeiro trimestre de 2016 a Companhia realizou a captação de R\$ 81.290 na modalidade conta garantida. No mesmo período, a empresa efetuou amortização de R\$ 61.173 na modalidade Lei 4131, R\$ 33.831 na modalidade Intercompany Loan e R\$ 800 na modalidade Conta Garantida.

Empréstimos bancários

Dos empréstimos bancários em moeda local na modalidade Conta Garantida captados no primeiro trimestre de 2016 no montante de R\$ 81.290, permanece em aberto o valor de R\$ 80.490, com vencimento em 28 de agosto de 2016 e taxa de 109,5% do CDI.

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“covenants”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Conselho de Administração

Takayuki Morita
Presidente do Conselho de Administração

Masazumi Takata
Substituto do Presidente do Conselho de
Administração

Kunio Kondo
Conselheiro

Makoto Omi
Conselheiro

Yutaka Matsushita
Conselheiro

Hiroya Nakata
Conselheiro

Mayuko Kayoiji
Conselheiro

Hiroyuki Sekizawa
Conselheiro

Diretoria

Masazumi Takata
Presidente

Yoshihisa Inoue
Vice Presidente Econômico
Financeiro

Hiromi Furumoto
Vice-Presidente Executivo

Daniel Gustavo Mirabile
Diretor Geral das Operações Brasil

Yasuhiro Koyama
Diretor Geral Adjunto das Operações Brasil

Controladoria

Adriano Zaccari Fortuna
CFO

Flávio Hirata
Controller

Hiromi Furumoto
Contador - CRC/SP 120033